



CBM-PR - Corpo de Bombeiros do Paraná Oficial Cadete

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Domínio da ortografia oficial.....	6
Emprego da acentuação gráfica.....	10
Domínio dos fatores de textualidade: coesão e coerência textual	18
Emprego de elementos de referência, de substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual	25
Compreensão e uso das classes e das categorias gramaticais.....	26
Emprego/correlação de tempos e modos verbais	38
Funções sintáticas e relações semânticas entre os constituintes oracionais; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	40
Regência verbal e nominal	47
Emprego dos sinais de pontuação	54
Concordância verbal e nominal	64
Emprego do sinal indicativo de crase	70
Reescrita de frases e parágrafos do texto	74
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	76
Retextualização de textos ou enunciados em diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	77
Figuras de linguagem	79
Intertextualidade	83
Gêneros textuais e Tipos textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo	89
Paragrafação: estrutura tópicocomentário	98
Argumentação na linguagem: estratégias argumentativas, marcas linguísticas da argumentação; operadores argumentativos; modalidades e modalizadores	100
Informações implícitas: Pressupostos e Subentendidos; Hierarquia das ideias: ideia central e ideias periféricas.....	103
Tipos de discurso	104
Linguagens: denotativa e conotativa	108
Funções e usos da linguagem.....	109
Recursos linguísticos: o parágrafo, a pontuação, as conjunções, os pronomes	110
Variação linguística.....	111
Questões	113
Gabarito.....	121

SUMÁRIO

SUMÁRIO



MATEMÁTICA

Teoria de conjuntos: subconjuntos, conjunto das partes de um conjunto, união e intersecção de conjuntos, diferença de conjuntos e conjunto complementar	1
Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais.....	7
Equações e Sistema de Equações de 1º e 2º graus, Inequações do 1º e do 2º grau ...	26
Funções do 1º grau e do 2º grau; Função exponencial, função logarítmica	38
Sequências numéricas; Progressão Aritmética (PA) e Geométrica (PG).....	58
Funções trigonométricas, trigonometria: razões trigonométricas e aplicações.....	63
Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares	67
Análise combinatória, probabilidade.....	80
geometria plana.....	86
Geometria espacial.....	89
Geometria analítica	99
Estatística: Distribuição de frequências: absoluta, relativa, acumulada.....	108
Medidas de posição: média, moda, mediana e separatrizes; Medidas de Dispersão: Amplitude, variância; Desvio padrão e Coeficiente de variação	114
Representação e interpretação de gráficos em análise de dados	119
Noções sobre limite e continuidade; Derivada; Integral definida e indefinida; Cálculo diferencial e integral para uma e várias variáveis; Cálculo numérico, pesquisa de máximos e mínimos de funções, métodos de integração e de diferenciação; Equações diferenciais ordinárias.....	127
Números complexos e funções de variável complexa	143
Álgebra Linear: espaços vetoriais de dimensão finita, transformações lineares, matrizes e determinantes, produto escalar e produto vetorial	149
Análise de algoritmos. Noções de programação linear	157
Questões	159
Gabarito.....	169

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Organização do Estado e da Administração Pública; Estado, governo e administração: distinções conceituais; Poderes da União e organização federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal); Funções típicas e atípicas dos Poderes; Administração pública como função do Estado; Estrutura organizacional do Estado brasileiro: centralização e descentralização	1
Princípios da Administração Pública	9
Estado, governo e administração: distinções conceituais; Poderes da União e organização federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal); Funções típicas e atípicas dos Poderes; Administração pública como função do Estado; Estrutura organizacional do Estado brasileiro: centralização e descentralização	12

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Administração Direta e Indireta; Conceito, composição e finalidade da administração direta; Entidades da administração indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista; Criação, controle, supervisão e regime jurídico das entidades; Descentralização política e administrativa	12
Características de cada tipo de entidade; Personalidade jurídica; Regime jurídico (público, privado, híbrido); Autonomia administrativa, financeira e orçamentária;. Finalidade institucional e controle estatal	21
Exemplos de entidades no âmbito do Estado; Órgãos da administração direta (secretarias, comandos, ministérios); Autarquias e fundações estaduais; Empresas estatais prestadoras de serviço público e de atividade econômica; Relação com o CBMPR e a Defesa Civil	28
Licitações: princípios, fases, objetivos, modalidades, critérios de julgamento, conceitos e características das várias formas de compras e contratações; Conceito, objetivos e princípios das licitações públicas; Etapas do processo licitatório: planejamento, seleção do fornecedor, contratação; Modalidades de licitação: concorrência, concurso, leilão, pregão, diálogo competitivo; Critérios de julgamento: menor preço, maior desconto, técnica e preço, melhor técnica, maior retorno econômico; A Lei nº 14.133/2021 e suas mudanças; Vedações, impedimentos e penalidades.....	35
Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade; Hipóteses de dispensa de licitação: rol taxativo e rol exemplificativo; Hipóteses de inexigibilidade de licitação: inviabilidade de competição; Justificativas, limites e controle na contratação direta; Aplicações em situações de emergência, calamidade pública e operações de defesa civil	131
Do Sistema de Registro de Preços; Conceito, aplicabilidade e vantagens operacionais; Procedimento para adesão, ata de registro e validade; Uso estratégico em compras padronizadas no serviço público; Sistema de Informações	138
Contratos Administrativos: prerrogativas, prazos, formalidades, execução, alteração, gestão, fiscalização, extinção, irregularidades, transição (art. 190) e demais requisitos contidos na Lei de Licitações vigente (Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021); Conceito, cláusulas essenciais e forma de formalização; Vigência, prazos e prorrogação contratual; Execução e fiscalização dos contratos; Alterações unilaterais e consensuais; Sanções, penalidades e extinção dos contratos	145
Gestão contratual: atribuições do gestor e do fiscal; Transição contratual (Art. 190 da Lei 14.133/2021); Responsabilidades e deveres da Administração e do contratado.....	170
Questões	178
Gabarito.....	184

COMBATE A INCÊNDIO

Fundamentos do Fogo: Tetraedro do Fogo; Processos de Combustão; Fases do Incêndio; Propagação do Fogo; Classes do Incêndio e Métodos de Extinção; Tipos de Extintores.....	1
A água como agente extintor: Capacidade de Resfriamento; Mudança de Estado; Disponibilidade e Custo; Limitações e Aplicação por Jatos	8
Questões	16
Gabarito.....	19

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública: conceito e princípios	1
--	---

SUMÁRIO



Atos administrativos: conceito, atributos, requisitos, classificação, extinção	6
Organização administrativa: agentes públicos (espécies); Entidades administrativas (conceito e espécies); Órgãos públicos (conceito e classificação)	24
Poderes administrativos	37
Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021)	39
Serviços públicos: conceito, princípios, classificação, formas de prestação do serviço público	113
Controle da Administração Pública.....	131
Processo administrativo (noções gerais).....	134
Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992)	140
Responsabilidade civil do Estado.....	167
Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018).....	174
Questões	198
Gabarito.....	206

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil: Poder Constituinte	1
Da administração pública: Disposições gerais, Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, Dos servidores públicos.....	10
Da defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa e do estado de sítio, Forças Armadas, segurança pública.....	21
Da organização do Estado: Da União, Dos Estados federados, Do Distrito Federal e dos Territórios político-administrativa	26
Da organização dos poderes: Congresso Nacional, Da Câmara dos Deputados	40
Do Poder Executivo, Do Presidente e do Vice-Presidente da República (atribuições do Presidente da República)	48
Poder Legislativo	53
Dos direitos e garantias fundamentais: Da nacionalidade, Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Da nacionalidade, Dos direitos políticos	69
Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional	85
Do Poder Judiciário: disposições gerais, funções essenciais à Justiça, Ministério Público.....	87
Dos princípios fundamentais	102
Da ordem social: base e objetivos da ordem social	104
Seguridade social: educação, cultura e desporto	107
Ciência e tecnologia: comunicação social.....	115
Meio ambiente.....	118
Família, criança, adolescente e idoso	120
Da Constituição do Estado do Paraná	122
Questões	202
Gabarito.....	209

SUMÁRIO

SUMÁRIO



FÍSICA

Cinemática (movimento, velocidade, aceleração, movimento retilíneo uniforme, variado movimento relativo, composição de velocidades, lançamento de projéteis).....	1
Dinâmica (Leis de Newton, força de atrito, força normal, força peso, equilíbrio de corpos).....	14
Energia e Trabalho (trabalho, energia cinética, conservação da energia mecânica, potência, forças não conservativas).....	27
Hidroestática e Hidrodinâmica Núcleo Principal (pressão em fluidos, princípio de Pascal, princípio de Arquimedes, equação de Bernoulli)	34
Termologia (temperatura, escalas termométricas, calor, dilatação térmica). Termodinâmica (calor e temperatura, calorimetria, mudança de fase, leis da termodinâmica, máquinas térmicas, ciclo de Carnot)	39
Ondulatória e Óptica (movimento harmônico simples, ondas, reflexão e refração da luz, óptica geométrica, interferência, difração, polarização)	59
Eletricidade e Magnetismo (campo elétrico, potencial elétrico, circuitos elétricos, campo magnético, lei de Ampère, lei de Faraday, propriedades elétricas e magnéticas dos materiais). Eletrodinâmica (corrente elétrica, resistência elétrica, Lei de Ohm, potência elétrica, efeito Joule, instrumentos de medidas elétricas).....	94
Mecânica dos Fluidos (noções fundamentais, estática dos fluidos, escoamento viscoso e incompressível).....	185
Mecânica dos Sólidos (tensão e deformação, carregamentos mecânicos, flexão, flambagem)	197
Questões	199
Gabarito	209

PRIMEIROS SOCORROS

Anatomia e Fisiologia Básicas; Sistema Tegumentar; Sistema Muscular	1
Segurança da cena	43
Triagem de múltiplas vítimas (Sistema START)	50
Avaliação Primária e Secundária da Vítima	56
Avaliação do nível de consciência; Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e suporte básico de vida (SBV); Crise convulsiva; Controle de hemorragias; Ferimentos, curativos e bandagens; Avaliação e manejo do choque; Técnicas de estabilização: Ferimentos na cabeça, tórax, abdome e membros; Imobilizações (coluna, membros, uso de talas e pranchas); Afogamento e salvamento aquático; Queimaduras e lesões térmicas; Lesões elétricas e por radiação; Obstrução das vias aéreas por corpo estranho	59
Acidentes com animais peçonhentos	87
Questões	89
Gabarito	95

SUMÁRIO

SUMÁRIO



QUÍMICA

Teoria Atômico-Molecular (Modelos atômicos, leis ponderais, leis volumétricas, número de Avogadro, fórmulas químicas; Átomos, moléculas e íons; Tabela Periódica (Classificação periódica, configuração eletrônica, propriedades periódicas)	1
Reações químicas e cálculos estequiométricos	9
Radioatividade (Natureza das emissões radioativas, leis da radioatividade, fissão e fusão nuclear)	27
Ligações Químicas (Ligações iônica, covalente, metálica, polaridade das ligações e moléculas, eletronegatividade, geometria molecular e teorias de ligação); Forças Intermoleculares	31
Estados da Matéria e Mudanças de Estado (sólidos, líquidos, gases, mudanças de estado, diagramas de fase)	36
Funções Químicas Inorgânicas (Ácidos, Bases, Sais e Óxidos: conceito, nomenclatura, propriedades, reações)	40
Soluções e Concentrações (Unidades de concentração e cálculos, misturas e diluição, solubilidade, propriedades das soluções)	60
Termoquímica (Entalpia, calor de reação, calorimetria, lei de Hess, espontaneidade de reações)	72
Cinética Química (Velocidades de reações, ordem de reação, fatores que afetam a velocidade, catálise)	80
Equilíbrio Químico Equilíbrio ácido-base, equilíbrio de solubilidade, constante de equilíbrio, Princípio de Le Chatelier, efeito do íon comum, solução tampão)	87
Química Orgânica (Estrutura do átomo de carbono, hibridação, ligações sigma e pi, nomenclatura e propriedades de compostos orgânicos, reatividade dos compostos orgânicos, reações orgânicas, isomeria)	108
Gases (Teoria cinética dos gases, leis dos gases, densidade dos gases, difusão e efusão dos gases)	125
Eletroquímica (reações de oxirredução, célula galvânica, potencial de célula padrão, espontaneidade de reações redox, baterias/pilhas, corrosão, eletrólise)	136
Equipamentos e instrumentos de laboratório (balanças, bico de Bunsen, vidrarias volumétricas e não-volumétricas)	150
Análise química quantitativa (gravimetria e titulometria)	158
Tipos de erros em análises químicas e tratamento de dados analíticos	159
Segurança em laboratório (Equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva)	165
Questões	172
Gabarito	182

LÍNGUA INGLESA

Compreensão e interpretação de textos escritos em língua inglesa: identificação da ideia principal e de informações específicas	1
inferência de informações implícitas e leitura inferencial	3
Coesão e coerência textual	4

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Compreensão de vocabulário.....	7
Interpretação de palavras e expressões em contexto.....	14
Falsos cognatos	16
Sinônimos e antônimos	20
Classes de palavras (parts of speech): substantivos, artigos, adjetivos, advérbios, pronomes (pessoais, possessivos, reflexivos, demonstrativos), preposições, conjunções, verbos, interjeições e numerais.....	21
Verbos modais: can, could, should, may, might, must, have to, would, need, had better - formas afirmativas, negativas e interrogativas	24
Determinantes e quantificadores (determiners and quantifiers): a, an, the, some, any, much, many, few, several, each, every, entre outros.....	31
Tempos e aspectos verbais: Present Simple, Present Continuous, Present Perfect Simple, Present Perfect Continuous, Past Simple, Past Continuous, Past Perfect Simple, Past Perfect Continuous, Future Simple, Future Continuous, Future Perfect Simple, Future Perfect Continuous - em formas afirmativas, negativas e interrogativas	34
Voz passiva (passive voice)	42
Discurso direto e indireto (direct and indirect speech)	45
Modo condicional (conditionals): zero, first, second, third e mixed conditionals	47
Prefixos e sufixos	50
Phrasal verbs.....	51
Expressões idiomáticas.....	52
“Wh” questions	54
Questões	56
Gabarito.....	67

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948.....	1
Sistema Organização das Nações Unidas: Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica)	4
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos/1966	24
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	39
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio/1948	46
Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo/2009.....	50
Sistema Interamericano: Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica).....	72
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”)/1994.....	72
Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas/1994	78
Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância)/2013.....	82
Internalização dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro ...	89
Questões	91

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Gabarito.....	94
---------------	----

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas alterações	1
Questões	69
Gabarito.....	75

GEOGRAFIA

Brasil e Paraná: Aspectos naturais: clima, relevo e hidrografia; O processo de ocupação territorial.....	1
Regionalização: Relação entre Campo e cidade, Política e econômica; Processo de urbanização: Demografia, sociedade e meio ambiente	26
Territorialidades e espacialidades dos povos indígenas originários, comunidades remanescentes de quilombos, povos das florestas e do cerrado, ribeirinhos, caíças e comunidades tradicionais existentes no Brasil e Paraná	30
Questões	35
Gabarito.....	46

HISTÓRIA

História Do Paraná: Ocupação do Estado; Ciclos econômicos; Emancipação política; A Revolução Federalista e o Cerco da Lapa; Paraná no século XX: Contexto social, político e econômico.....	1
Questões	20
Gabarito.....	24

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CORPO DE BOMBEIRO

Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Civil, e Sistema Nacional de Segurança Pública	1
Lei Federal nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 - Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.....	21
Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.....	39
Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha	52
Lei Estadual nº 16.575/2010, que trata da Lei de Organização Básica do CBMPR	64
Título V, Capítulo III, da Constituição Federal	80
Título II, Capítulo IV, da Constituição do Estado do Paraná	81

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Questões	85
Gabarito.....	93

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

Lei Estadual nº 19.449, de 05 de abril de 2018 - Regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais para a execução de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres, conforme específica	1
Decreto Estadual nº 11.868, de 03 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei Estadual nº 19.449, de 05 de abril de 2018, para dispor sobre o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar, conforme específica	9
CSCIP - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.....	17
Questões	26
Gabarito.....	30

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se, e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} | x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DISTINÇÕES CONCEITUAIS

Um dos pontos fundamentais para a compreensão do Direito Administrativo e da organização do Estado brasileiro é a distinção conceitual entre Estado, Governo e Administração Pública.

Embora esses termos muitas vezes sejam utilizados como sinônimos no discurso cotidiano, do ponto de vista técnico e jurídico, representam entes e funções distintas, cada qual com papel e estrutura próprios.

► O Estado: ente soberano e permanente

O Estado é a pessoa jurídica soberana que representa juridicamente a nação. É uma criação político-jurídica dotada de poder supremo (soberania) sobre um território e sua população. Os elementos constitutivos do Estado, conforme a doutrina clássica, são:

- **Povo:** o conjunto de indivíduos que mantêm vínculo jurídico permanente com o Estado, geralmente por meio da cidadania.
- **Território:** o espaço geográfico sobre o qual o Estado exerce sua soberania.
- **Soberania:** o poder de autodeterminação e de imposição de normas jurídicas dentro do território.

O Estado possui personalidade jurídica de direito público interno, ou seja, é titular de direitos e deveres perante os demais entes e também perante os cidadãos. Sua existência é permanente: ele continua existindo mesmo que mudem os governos e as formas de administração.

► O Governo: função política do Estado

O governo, por sua vez, é o conjunto de órgãos e autoridades incumbidos da condução política do Estado. É por meio do governo que se exercem as funções de direção, orientação e controle do Estado, conforme os objetivos definidos pela Constituição.

Governo não é permanente — seus integrantes são eleitos ou nomeados por tempo determinado. Além disso, o governo representa a face visível e política do Estado, sendo o responsável pela elaboração das políticas públicas e pela orientação da máquina administrativa.

Há uma distinção entre governo em sentido amplo e governo em sentido estrito:

- **Sentido amplo:** engloba os três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), uma vez que todos exercem funções governamentais em suas áreas.
- **Sentido estrito:** refere-se ao Poder Executivo, que chefia a administração direta e conduz a política pública de governo.

► A Administração Pública: função executiva e instrumental

Já a Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que atuam na execução concreta das políticas públicas e das atividades do Estado, buscando atender ao interesse público. Ela é a função administrativa do Estado, caracterizada pela sua natureza técnica, instrumental e operacional.

A Administração Pública pode ser dividida em:

- **Administração Pública Direta:** composta pelos entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), com seus respectivos órgãos.
- **Administração Pública Indireta:** formada por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.



O TETRAEDRO DO FOGO E OS FUNDAMENTOS DA COMBUSTÃO

O estudo do fogo e da combustão é essencial para qualquer profissional da área de segurança contra incêndios. Compreender como o fogo se forma, mantém-se e pode ser extinto permite não apenas agir com eficiência, mas também prevenir sua ocorrência. A base desse conhecimento está na compreensão do tetraedro do fogo e dos processos que envolvem a combustão.

► Tetraedro do fogo: a estrutura que explica o fogo

O tetraedro do fogo é um modelo conceitual que representa os quatro elementos essenciais para que o fogo exista. Ele evoluiu do antigo “triângulo do fogo”, que considerava apenas três elementos: combustível, comburente e calor. Com os avanços na compreensão dos processos químicos, foi adicionado um quarto elemento: a reação em cadeia.

Assim, o tetraedro é formado por:

- **Combustível:** qualquer substância que possa queimar (sólido, líquido ou gasoso). Ex: madeira, gasolina, papel.
- **Comburente:** geralmente o oxigênio do ar, que alimenta a combustão.
- **Calor (ou fonte de ignição):** energia necessária para iniciar e manter a reação química de combustão.
- **Reação em cadeia:** processo químico contínuo que mantém o fogo vivo, onde os radicais livres produzidos na queima alimentam novas reações.

A remoção de qualquer um desses quatro elementos faz com que o fogo deixe de existir. Essa é a base para os métodos de extinção, como veremos em outra seção.

► Fundamentos da combustão

A combustão é uma reação química exotérmica (libera calor) entre um combustível e um comburente, na presença de calor. Para que ocorra de forma visível (com chamas), é necessário que o combustível atinja uma temperatura chamada de ponto de ignição.

Existem diferentes tipos de combustão:

- **Combustão completa:** ocorre quando há oxigênio suficiente. Produz principalmente dióxido de carbono (CO_2), água e libera muita energia (chama azulada).
- **Combustão incompleta:** ocorre quando há pouco oxigênio. Produz monóxido de carbono (CO), fuligem e libera menos energia (chama amarelada e fumaça preta).
- **Combustão espontânea:** quando um material entra em combustão sem fonte de calor externa, devido a processos internos, como fermentação ou oxidação.
- **Combustão lenta:** ocorre sem liberação de chama visível, como na corrosão ou em reações bioquímicas.

► Temperaturas importantes no processo de combustão

- **Ponto de fulgor:** temperatura mínima na qual um líquido libera vapores que podem inflamar, mas não mantém a combustão.
- **Ponto de combustão:** temperatura na qual o combustível libera vapores em quantidade suficiente para manter a chama.
- **Ponto de ignição (ou autoignição):** temperatura na qual o combustível inflama sozinho, sem necessidade de fonte externa.



► **Estado**

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da polis grega e da civitas romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

– **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

► **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com



Conceito de Constituição

A Constituição é a norma suprema que rege a organização de um Estado Nacional.

Por não haver na doutrina um consenso sobre o conceito de Constituição, faz-se importante o estudo das diversas concepções que o englobam. Então vejamos:

– Constituição Sociológica

Idealizada por Ferdinand Lassalle, em 1862, é aquela que deve traduzir a soma dos fatores reais de poder que rege determinada nação, sob pena de se tornar mera folha de papel escrita, que não corresponde à Constituição real.

– Constituição Política

Desenvolvida por Carl Schmitt, em 1928, é aquela que decorre de uma decisão política fundamental e se traduz na estrutura do Estado e dos Poderes e na presença de um rol de direitos fundamentais. As normas que não traduzirem a decisão política fundamental não serão Constituição propriamente dita, mas meras leis constitucionais.

– Constituição Jurídica

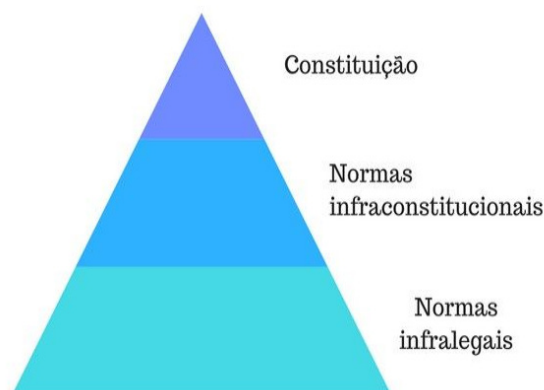
Fundada nas lições de Hans Kelsen, em 1934, é aquela que se constitui em norma hipotética fundamental pura, que traz fundamento transcendental para sua própria existência (sentido lógico-jurídico), e que, por se constituir no conjunto de normas com mais alto grau de validade, deve servir de pressuposto para a criação das demais normas que compõem o ordenamento jurídico (sentido jurídico-positivo).

Na concepção jurídico-positiva de Hans Kelsen, a Constituição ocupa o ápice da pirâmide normativa, servindo como paradigma máximo de validade para todas as demais normas do ordenamento jurídico.

Ou seja, as leis e os atos infralegais são hierarquicamente inferiores à Constituição e, por isso, somente serão válidos se não contrariarem as suas normas.

Abaixo, segue a imagem ilustrativa da Pirâmide Normativa:

Pirâmide Normativa



Como Normas Infraconstitucionais entendem-se as Leis Complementares e Ordinárias;

Como Normas Infralegais entendem-se os Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resoluções, etc.



Os conceitos de movimento e repouso não são absolutos, mas sim relativos, pois dependem do referencial adotado. Um corpo está em repouso quando sua posição não se altera em relação a um referencial ao longo do tempo. Se houver alteração na posição, dizemos que o corpo está em movimento.

Atenção: a partir da escolha do referencial, a descrição do movimento dos corpos envolvidos no fenômeno deve ser feita exclusivamente em relação a esse referencial. Isso é fundamental, pois ignorar essa regra pode levar a erros nos cálculos e conclusões equivocadas.

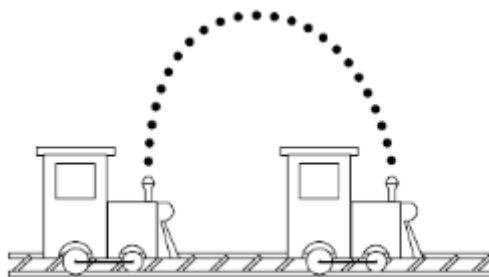
Classificação do Referencial

– **Referencial Inercial:** é todo referencial que valida a lei da inércia, ou seja, qualquer sistema de referência que permanece em repouso ou em movimento retilíneo uniforme.

– **Referencial Não Inercial:** é aquele que apresenta aceleração em relação a um referencial inercial. Por isso, os referenciais não inerciais também são chamados de referenciais acelerados.

Trajatória

A trajetória de um móvel é a linha imaginária que se obtém ao ligar as posições ocupadas pelo móvel em instantes sucessivos durante seu movimento.



Trajetória de uma bola feita em um trem em movimento, observada de uma pessoa parada do lado de fora

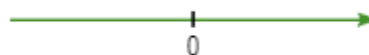
A forma da trajetória (linha imaginária) depende do referencial adotado para a observação. Portanto, diferentes referenciais podem observar trajetórias distintas.

Posição, Deslocamento e Distância Percorrida

Unidade no SI: metro (m)

Outras unidades comuns: centímetro (cm), milímetro (mm), quilômetro (km)

– **Posição Escalar (s):** a posição é definida como o número associado ao ponto da trajetória ocupado por um móvel em determinado instante, conforme um referencial. Na cinemática escalar, utilizamos uma reta orientada como referencial e um ponto qualquer dessa reta como origem das posições, geralmente indicado pela letra “O”.



– **Deslocamento Escalar (ΔS):** para um móvel em movimento em relação a um referencial inercial, o deslocamento escalar (ΔS) é definido como a diferença entre as posições inicial (s_0) e final (s) ao longo de um intervalo de tempo $\Delta t = t_2 - t_1$.

$$\Delta S = s - s_0$$



Primeiros Socorros

SISTEMA DIGESTÓRIO¹

O sistema digestório tem a função primordial de promover nutrientes para o corpo. O alimento, após passar pela **boca**, é propelido, por meio do **esôfago**, para o **estômago** e, em seguida para os **intestinos delgado e grosso**, antes de ser esvaziado pelo ânus. O sistema digestório prepara o alimento para ser usado pelas células por meio de cinco atividades básicas:

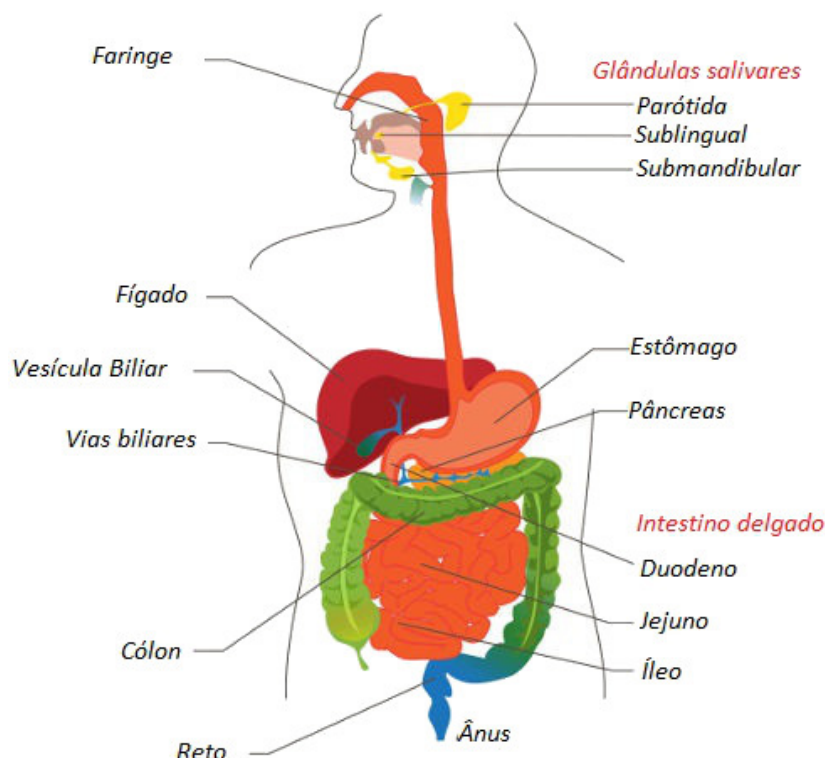
1. Ingestão: Captar alimento pela boca (ato de comer).

2. Mistura e movimentação do alimento: As contrações musculares misturam o alimento e as secreções e movimentam o alimento ao longo do trato gastrointestinal.

3. Digestão: Ocorre a degradação do alimento por processos químicos e mecânicos. A digestão química é uma série de reações que degradam as moléculas grandes e complexas de carboidratos, lipídios e proteínas que ingerimos, transformando-as em moléculas simples, pequenas o suficiente para passar através das paredes dos órgãos digestórios e eventualmente para as células do corpo. A digestão mecânica consiste de vários movimentos que auxiliam na digestão química. Os dentes trituram o alimento para que ele seja deglutido; o músculo liso do estômago e do intestino delgado promovem a mistura do alimento com as enzimas que o digerem; e as ondas de contração muscular denominadas perístoles movem o alimento ao longo do trato gastrointestinal.

4. Absorção: É a passagem do alimento digerido do trato gastrointestinal aos sistemas sanguíneo e linfático para distribuição às células.

5. Defecação: É a eliminação de substâncias não digeridas do trato gastrointestinal.



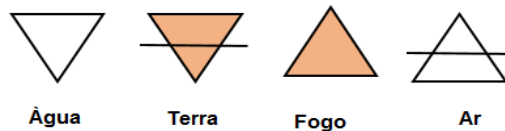
Fonte: brasilecola.uol.com.br/biologia/sistema-digestivo.htm



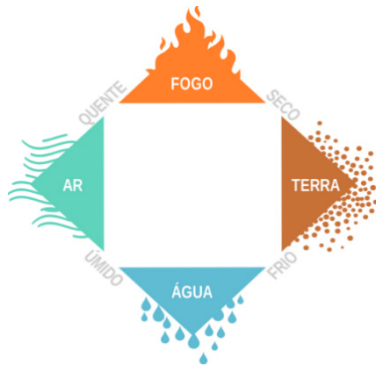
Química

Para compreender a constituição da matéria ou Atomística, é necessário o estudo de sua partícula fundamental, o átomo.

A preocupação com a constituição da matéria surgiu em meados do século V a.C., na Grécia, onde filósofos criavam várias teorias para tentar explicar o universo. Um deles, Empédocles, acreditava que toda a matéria era formada por quatro elementos: água, terra, fogo e ar, que eram representados pelos seguintes símbolos:



Anos mais tarde, por volta de 350 a.C., o muito conhecido e famoso Aristóteles retomou a ideia de Empédocles e aos quatro elementos foram atribuídas as “qualidades” quente, frio, úmido e seco, conforme pode ser observado na figura abaixo:



De acordo com esses filósofos tudo no meio em que vivemos seria formado pela combinação desses quatro elementos em diferentes proporções. Entretanto em 400 a.C., os filósofos Leucipo e Demócrito elaboraram uma teoria filosófica (não científica) segundo a qual toda matéria era formada devido a junção de pequenas partículas indivisíveis denominadas átomos (que em grego significa indivisível). Para estes filósofos, toda a natureza era formada por átomos e vácuo.

No final do século XVIII, Lavoisier e Proust realizaram experiências relacionando as massas dos participantes das reações químicas, dando origem às Leis das combinações químicas (Leis ponderais).

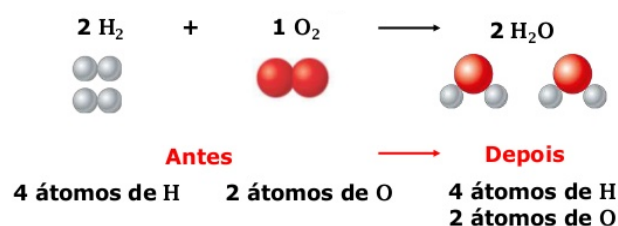
O primeiro modelo atômico foi elaborado a partir do estudo das seguintes Leis Ponderais:

1. Lei de Lavoisier: A primeira delas, a Lei da Conservação de Massas, ou Lei de Lavoisier é uma lei da química que muitos conhecem por uma célebre frase dita pelo cientista conhecido como o pai da química moderna, Antoine Laurent de Lavoisier:

“Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”

Em seus vários experimentos, Lavoisier concluiu que:

“Num sistema fechado, a massa total dos reagentes é igual à massa total dos produtos”





A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

IDENTIFICAÇÃO DA IDEIA PRINCIPAL

A ideia principal de um texto é o coração da mensagem que o autor deseja comunicar. É o ponto central em torno do qual todas as outras informações giram. Reconhecer a ideia principal é fundamental para entender o propósito do texto e para uma leitura eficiente e eficaz.

Técnicas para Identificação da Ideia Principal

- **Análise do Título e Subtítulos:** Frequentemente, o título e os subtítulos fornecem uma visão preliminar do tema central ou da mensagem principal.
- **Leitura dos Primeiros e Últimos Parágrafos:** Estas seções do texto geralmente contêm uma síntese ou uma declaração explícita da ideia principal.
- **Busca por Palavras e Frases Recorrentes:** A repetição é uma técnica retórica usada para enfatizar um ponto central; identificar essas repetições pode revelar a mensagem principal.
- **Criação de um Mapa Mental:** Visualizar as ideias principais e suas conexões pode ajudar na identificação da mensagem central.

IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

Detalhes, exemplos, dados e outras informações específicas são usados para apoiar a ideia principal, fornecendo corpo e substância ao texto. Identificar esses elementos é crucial para entender o argumento do autor e para a análise crítica do conteúdo.

Estratégias para Extrair Informações Específicas

- **Uso de Técnicas de Leitura Direcionada:** Focar em seções específicas do texto que parecem conter informações relevantes.
- **Elaboração de Perguntas Específicas:** Formular perguntas sobre o texto que guiarão a busca por detalhes.
- **Realização de Anotações Detalhadas:** Registrar informações pertinentes à medida que são encontradas facilita a compreensão e a revisão posterior.
- **Aplicação de Métodos de Leitura Crítica:** Avaliar criticamente as informações para determinar sua relevância e precisão.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

o primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ARTIGO 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

ARTIGO 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

ARTIGO 3

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

ARTIGO 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.



LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.



OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL

Nos primeiros 30 anos depois da chegada dos portugueses ao território brasileiro, Portugal não deu grande atenção a essas terras.

Na época era prioritário o comércio com o Oriente, cujas especiarias propiciavam lucros muito elevados. Mesmo assim, nesse período, foram enviadas ao Brasil algumas expedições de reconhecimento e de defesa: era preciso garantir as novas terras ante a cobiça de outras nações europeias.¹

A Exploração do Pau-Brasil

Como os portugueses não encontraram nos primórdios da colonização os tão desejados metais preciosos, pois as reservas de ouro e de prata estavam longe do mar e dos olhos dos conquistadores – ao contrário do que ocorreu nas possessões espanholas –, estes decidiram explorar de imediato o que fosse mais fácil. Começaram, então, a extrair pau-brasil – árvore abundante no litoral, cujo extrato era usado, na forma de pó, como corante para tecidos.

No entanto, o processo de exploração do pau-brasil mostrou-se extremamente nocivo, uma vez que, além de não estimular a ocupação efetiva do território, acarretou rápida devastação da Mata Atlântica.

A Produção de Cana-de-Açúcar

Ainda no século XVI, o comércio com o Oriente deixou de oferecer os lucros desejados. Isso estimulou os governantes portugueses a explorar economicamente as terras do Brasil, cultivando algum produto que alcançasse grande valor no mercado europeu.

O primeiro produto escolhido para a produção foi o açúcar. Portanto, foi iniciado o plantio de cana-de-açúcar, produto bastante conhecido dos portugueses, uma vez que já era cultivada por Portugal em algumas ilhas do Atlântico.

Para viabilizar essa atividade econômica, a partir de 1532, a monarquia portuguesa começou a procurar investidores que se comprometessem a ocupar as terras brasileiras e torná-las produtivas.

Observe, no mapa a seguir, a distribuição das atividades econômicas no Brasil do século XVI e compare com o mapa das capitanias hereditárias.

As capitanias, entre 1534 e 1536, foram doadas em sua maior parte para **fidalgos** e comerciantes portugueses, que deviam arcar com a maior parte dos gastos da ocupação.

¹ TAMDJIAN, James Onnig. *Geografia: estudos para compreensão do espaço*. James Onnig Tamdjian; Ivan Lazzari Mendes. 2ª edição. São Paulo: FTD, 2013.



A história¹ do Estado do Paraná remonta há cerca de 9000 anos. As provas materiais dessa história são encontradas em todo o território paranaense nos vários sítios arqueológicos já pesquisados como os sambaquis no litoral e as pinturas rupestres, nos Campos Gerais.

Nesses locais encontramos vestígios materiais importantes que revelam como viviam os habitantes desta terra antes da vinda dos primeiros europeus para a América.

Particularmente, no Paraná, a ocupação europeia aconteceu por duas vias: uma espanhola e a outra portuguesa.

Desde o início do século XVI, exploradores europeus atravessaram de norte a sul e de leste a oeste, o território paranaense tendo sempre como ponto de partida foi o litoral atlântico. O primeiro europeu a percorrer toda a extensão deste território foi o bandeirante Aleixo Garcia.

Em 1541 Dom Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, partindo da Ilha de Santa Catarina seguiu por terra em direção a oeste tomando posse simbólica deste território em nome da Espanha.

Nesta fase a Coroa Espanhola cria cidades e algumas reduções para assegurar o seu território determinado pelo Tratado de Tordesilhas - acordo bilateral entre os reinos ibéricos de Portugal e Espanha.

No ano de 1554 é criada a primeira povoação europeia em território paranaense, a vila de Ontiveros, às margens do rio Paraná, perto da foz do rio Ivaí. Dois anos depois, o povoamento se transfere para perto da foz do rio Piquiri, recebendo o nome de Ciudad Real del Guairá - hoje município de Terra Roxa, que juntamente com Vila Rica do Espírito Santo, nas margens do rio Ivaí, formou a província de Vera ou do Guairá.

No início do século XVI os portugueses criaram duas capitanias sobre o litoral. A primeira, a Capitania de São Vicente, na região compreendida entre a Barra de Paranaguá e a de Bertioga. A segunda, a Capitania de Sant'Ana, desde a Barra de Paranaguá até onde fosse legítima pelo Tratado de Tordesilhas; mas, referências históricas, datadas de 1540, nos dão conta da existência de moradores na baía de Paranaguá vindos de Cananéia e São Vicente.

Em meados de 1600 intensifica-se a presença dos vicentinos (moradores da capitânia de São Vicente) em todo o litoral e nos Campos de Curitiba, em 1648 o povoado de Paranaguá é elevado à categoria de Vila com a denominação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Diogo de Unhate foi o primeiro português a requerer terras em solo paranaense; em 1614 obteve uma Sesmaria na região de Paranaguá, localizada entre os rios Arapira e Superagüi. Na sequência, em 1617 Gabriel de Lara funda uma povoação na Ilha da Cotinga, que depois transferiu para a margem esquerda do rio Taquaré (hoje Itiberê).

O Povoamento do Território Paranaense

Três foram as ondas povoadoras que em conjunturas diversas e com motivações distintas realizaram a ocupação e formaram as comunidades regionais que constituem o atual Estado do Paraná. Quais sejam:

A primeira se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobretudo no latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira.

O Paraná foi a primeira região do Brasil a ingressar no sistema colonial mercantil. Os motivos para esta inserção foram a descoberta de ouro de aluvião no litoral na primeira metade do século XVII e a sua proximidade geográfica com o eixo São Vicente, Rio de Janeiro, Bahia.

A evidência do ouro foi manifestada por Gabriel de Lara em Paranaguá (1646) e Heliodoro Ébano Pereira nos campos de Curitiba (1651). Nesta época muitos moradores abandonaram a lida com a terra para procurar ouro. Isso provocou uma situação de extrema pobreza em toda a região persistindo apenas a lavoura de subsistência. Como o ouro era pouco logo acabou.

¹ <http://www.cultura.pr.gov.br/pagina-1.html>

**LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018.**

Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

Art. 2º A segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um.

CAPÍTULO II**DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSPDS)****SEÇÃO I****DA COMPETÊNCIA PARA ESTABELECIMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

Art. 3º Compete à União estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes da política nacional, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às situações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais.

SEÇÃO II**DOS PRINCÍPIOS**

Art. 4º São princípios da PNSPDS:

- I - respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos;
- II - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;
- III - proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana;
- IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais;
- V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais;



LEI Nº 19449 - 05 DE ABRIL DE 2018

Regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais para a execução de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Do Objeto e do Âmbito de Aplicação

Art. 1º Esta Lei regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar no âmbito do Estado do Paraná e institui as normas gerais para a fiscalização e a execução das medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres nas edificações, estabelecimentos, áreas de risco e eventos temporários, com objetivo de proteger a vida das pessoas e reduzir danos ao meio ambiente e ao patrimônio em caso de sinistros.

§ 1º Esta Lei não se aplica:

- I - à edificação destinada exclusivamente à residência unifamiliar;
- II - à residência unifamiliar localizada no pavimento superior de ocupação mista com até dois pavimentos e que possuam acessos independentes;
- III - à propriedade destinada à atividade agrossilvipastoril, excetuando-se silos e armazéns;
- IV - ao empreendimento que utilize residência unifamiliar como endereço de contato, sem atendimento ao público ou estoque de materiais;
- V - à atividade econômica ambulante individualmente considerada, tais como carrinhos de lanches em geral, barracas itinerantes, veículos de comércio ambulante e congêneres.

§ 2º O disposto nesta Lei não interfere e tampouco se sobrepõe às atribuições e competências legais atinentes aos municípios no que diz respeito ao controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Art. 2º A validade do alvará de licença ou autorização expedido pelo poder público municipal, ou documento equivalente, fica condicionada ao prazo de validade do licenciamento expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar.

SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para efeito desta Lei são adotadas as seguintes definições:

- I - altura da edificação: medida em metros utilizada como parâmetro de dimensionamento das medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastre, conforme normatização do Corpo de Bombeiros Militar;
- II - área de risco: ambiente externo à edificação que contém armazenamento de materiais combustíveis ou inflamáveis, produtos perigosos, instalações elétricas, radioativas ou de gás, ou ainda concentração de pessoas;
- III - capacidade de público: quantidade de pessoas para a qual uma edificação ou área de risco foi dimensionada de acordo com parâmetros normativos estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar;